

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.022, DE 1999

Institui o Pró-Saúde que dispõe sobre dedução do Imposto de Renda por contribuições para Hospitais Públicos e Instituições sem fins Lucrativos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda, o valor das contribuições realizadas durante o ano-calendário, até o limite de:

I – 5% do imposto devido, para os hospitais públicos;

II – 5% do imposto devido, para as instituições sem fins lucrativos relacionadas ao atendimento médico hospitalar e as instituições relacionadas com o atendimento às pessoas portadoras de deficiência. (Redação adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família)

§ 1º A dedução a que se refere o caput deste artigo não está sujeita a outros limites, nem exclui ou reduz outros benefícios legais.

§ 2º As instituições privadas beneficiárias das doações devem ser registradas no Conselho Nacional de Assistência Social e atender aos requisitos previstos no art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art. 2º. As deduções a que se refere o art. 1º poderão ser gozadas em regime de concorrência com aquelas previstas na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias a contar da data da sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente à sua publicação.

Sala de Comissão, em

de 2001

Deputado ROBERTO ARGENTA